

**Nome:** Adélio Martins Ferreira  
**Habilitações Literárias:** 11º ano  
**Experiência Profissional:** Técnico Administrativo

**Nome:** Tânia Filipa Soares Vieira  
**Habilitações Literárias:** 12º ano  
**Experiência Profissional:** Lojista, Comercial

**Nome:** Vanda Margarida Figueiredo Gomes  
**Habilitações Literárias:** 9º ano  
**Experiência Profissional:** 1º Escriturária, Responsável do Serviço de Apoio ao Cliente, Comercial de Seguros

**Nome:** Jamoliddin Shamsutdinov  
**Habilitações Literárias:** 11º ano  
**Experiência Profissional:** Forneiro, Servente, Cargas e Descargas, Experiência com empilhador

**Nome:** Rosa Maria Nunes Mendes  
**Habilitações Literárias:** 12º ano  
**Experiência Profissional:** Operadora de caixa, Supervisora de caixas

**Nome:** Alicia Figueiredo Massadas  
**Habilitações Literárias:** 12º ano  
**Experiência Profissional:** Administrativa, Rececionista, Telefonista, Secretariado de Administração, Apoio aos Recursos Humanos, Apoio à contabilidade

**Nome:** Ana Catarina Figueiredo Gomes  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Turismo  
**Experiência Profissional:** 1º Emprego

**Nome:** Diogo Silva  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Desporto  
**Experiência Profissional:** Ensino de Futebol

**Nome:** Tatyana Rudenko  
**Habilitações Literárias:** Professora Primária (Ucrânia)  
**Experiência Profissional:** Escolhedora, Operária fabril, CTT- Atendimento ao público

**Nome:** Nohemi Pita Gonçalves  
**Habilitações Literárias:** Licenciatura em Gestão Empresas  
**Experiência Profissional:** Banco – Funções de Crédito, Gestão de Empresas

**Nome:** Susana Afonso Marques  
**Habilitações Literárias:** 9º ano  
**Experiência Profissional:** Auxiliar de acção directa, Produção, Operadora de caixa

**Nome:** Maria de Lurdes Oliveira  
**Habilitações Literárias:** 9º ano  
**Experiência Profissional:** Auxiliar de Hospital, Empregada de quarto em hotel, Empregada fabril

**Nota:** Para mais informações sobre os candidatos da Bolsa de Emprego, por favor contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional.  
**Contactos:** 231 516 761 | gip@acib.pt

**A ACIB informa que tem os seguintes serviços ao dispôr dos Associados:**  
Fotocópias | fax | internet | aluguer de salas | aluguer de equipamento audiovisual | serviço de dobragem e envelopagem de correspondência | venda de Livros de Reclamações | venda de Livretes Individuais de Controlo para Condutores



ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada

**Sede:**  
Espaço Inovação | Z. Industrial de Vila Verde, Ap. 235 | 3770-305 Oliveira do Bairro | T. 234730320 | acib@acib.pt

**Delegação:**  
Edifício da Proximidade | Praça da Juventude | 3780-323 Anadia | T. 231516761 | anadia@acib.pt

www.acib.pt



Abril de 2018

## ACIB | Workshops e Formação Profissional da ACIB

Sessão de Esclarecimentos Actuação da ASAE - Em IPSS's, Cantinas Escolares e Restauração em Geral	Data	Local
	09/05	Oliveira do Bairro
<b>Seminários e Workshops</b> <b>- 2º Ciclo de Workshops Exportação</b> - Questões Culturais e Negócios Internacionais - Participar em Feiras Internacionais	24/05 21/06	Anadia Oliveira do Bairro
<b>- Segurança na Construção Civil</b>	06/06	Oliveira do Bairro
<b>Formação Profissional</b> - Marketing Digital como Ferramenta Empresarial - Língua Inglesa - Organização Administrativa da Venda - Inteligência Emocional - LinkedIn Marketing - Representante do empregador, empregador ou trabalhador designado para o desempenho de actividades de Segurança e Saúde no Trabalho	27/04 10/05 18/05 18/05 18/05	Oliveira do Bairro Oliveira do Bairro Anadia Oliveira do Bairro Anadia

A participação nestas acções e seminários é considerada para efeitos do cumprimento do dever de formação contínua a cargo da entidade empregadora (art.º 131 da Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro).//

## Permissão de animais de companhia em estabelecimentos comerciais | Nova legislação

AACIB informa que foi ontem publicada em Diário da República, a Lei n.º 15/2018 de 27 de Março, que possibilita a permanência de animais de companhia em estabelecimentos comerciais, sob condições específicas.

A presente Lei procede à segunda alteração ao regime jurídico de acesso e exercício de actividades de comércio, serviços e restauração, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro.

A nova redacção do Artigo 131.º passa a ser: "É permitida a permanência de animais de companhia em espaços fechados, mediante autorização da entidade exploradora do estabelecimento expressa através de dístico visível afixado à entrada do estabelecimento, sendo sempre permitida a permanência de cães de assistência, desde que cumpridas as obrigações legais por parte dos portadores destes animais.

A permissão prevista no número anterior tem como limite a permanência em simultâneo de um número de animais de companhia determinado pela entidade exploradora do estabelecimento, de modo a salvaguardar o seu normal funcionamento."

Se a entidade exploradora optar por permitir a entrada de animais, esta informação deve estar disponibilizada ao público, em local destacado junto à entrada do estabelecimento, tal como previsto no Artigo 134.º.

A presente lei entra em vigor 90 dias após a sua publicação.

**A ACIB disponibiliza aos seus associados a sinalética a afixar. Caso necessite, entre em contacto com a Associação.**

## Taxa Segurança Alimentar Mais | Valor para 2018

Foi publicada, a 16 de Abril, a Portaria nº102/2018 que fixa a taxa Segurança Alimentar Mais para 2018 de 7€ por metro quadrado de área de venda do estabelecimento comercial, mantendo o valor de 2017.

O Decreto-Lei n.º 119/2012, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de Agosto, criou o Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais, com objectivos que visam a protecção da segurança alimentar e da saúde do consumidor.//

## Novo Regulamento sobre Protecção de Dados | Entrada em vigor a 25 de Maio

A ACIB relembra que o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 04 de Maio de 2016, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação dos mesmos, entra a vigor a 25 de Maio.

O Regulamento aplica-se a todas as empresas e entidades que realizem operações que envolvam dados pessoais, incluindo as que as efectuem em regime de subcontratação.

Constituem Dados Pessoais, para este Regulamento, as informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados). É considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada por referência a um identificador, como o nome, número de identificação, dados de localização, identificadores por via electrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

Por tratamento de Dados Pessoais deve entender-se a operação efectuada sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, como a recolha, o registo, a organização, a

estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

As empresas que tratam dados pessoais deverão possuir um registo de todas as actividades de tratamento sob a sua responsabilidade, onde devem constar as informações:

a) O nome e os contactos do responsável pelo tratamento e, sendo caso disso, de qualquer responsável conjunto pelo tratamento, do representante do responsável pelo tratamento e do encarregado da protecção de dados;

b) As finalidades do tratamento dos dados;

c) A descrição das categorias de titulares de dados e das categorias de dados pessoais;

d) As categorias de destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados;

e) Se possível, os prazos previstos para o apagamento das diferentes categorias de dados;

f) Se possível, uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança referidas no artigo 32.º, n.º 1.

Com a entrada em vigor do

Regulamento deixa de ser obrigatória a notificação ou pedido de autorização prévia à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), para proceder a tratamentos de dados pessoais, sendo as entidades responsáveis pelo levantamento e registo interno de todos os tratamentos de dados que realizem, avaliação, nos casos de maior risco, dos impactos de tais tratamentos na privacidade e a adopção de normas, procedimentos e sistemas tecnológicos que assegurem elevados níveis de segurança.

As coimas previstas no Regulamento podem ascender aos €20.000.000,00, ou, no caso de uma empresa, até 04% do seu volume de negócios anual a nível mundial correspondente ao exercício financeiro anterior, consoante o montante que for mais elevado.

Poderá consultar o texto completo do Regulamento, acedendo ao seguinte site: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32016R0679>.

Sugere-se ainda a leitura do documento disponibilizado pela CNPD com um conjunto de medidas para preparar a aplicação deste Regulamento: [https://www.cnpd.pt/bin/rgpd/10\\_Medidas\\_para\\_preparar\\_RGD\\_CNPd.pdf](https://www.cnpd.pt/bin/rgpd/10_Medidas_para_preparar_RGD_CNPd.pdf).//

## Regime extrajudicial de recuperação de empresas | RERE

A ACIB informa que entrou em vigor a 03 de Março a Lei nº 8/2018, de 02 de Março, diploma que instituiu o regime extrajudicial de recuperação de empresas (RERE). O objectivo é apoiar a recuperação de empresas em situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente, dotando-as de um mecanismo que lhes permita actuar a montante, ou seja, facultar-lhes os meios para que estas possam atempadamente – e sem recurso aos tribunais – viabilizar a sua existência e a manutenção dos seus negócios.

O novo regime veio revogar o Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE), embora os procedimentos que estejam a decorrer sem que tenha sido celebrado acordo possam ser concluídos nos termos e prazos previstos no diploma ora revogado.

Inserido no Programa Capitalizar, o novo diploma permite que empresas em situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente possam encetar negociações com um ou mais dos seus credores, com vista à obtenção de um acordo de reestruturação, desde que os participantes manifestem, expressa e unanimemente, a vontade de submeter as negociações ou o acordo de reestruturação ao regime previsto na lei.

Através do acordo de reestruturação pretende-se alterar a composição, as condições ou a estrutura do activo ou do passivo de um devedor, ou de qualquer outra parte da estrutura de capital do devedor, incluindo o capital social, ou uma combinação destes elementos, incluindo a venda de activos ou de partes de actividade, com o objectivo de permitir que a empresa sobreviva na totalidade ou em parte.

Trata-se de um processo negocial de natureza voluntária e de livre participação, prevendo expressamente a lei que as partes são livres de sujeitar ao RERE os efeitos do acordo de reestruturação que alcancem, bem como os efeitos decorrentes das negociações, e que a participação nas negociações e no acordo de reestruturação é livre, podendo o devedor para o efeito convocar todos ou apenas alguns dos seus credores.

De igual modo, também o conteúdo do acordo de reestruturação é fixado livremente e deve compreender medidas que visem a reestruturação do devedor, ou seja, aquelas que se mostrem aptas para obter a reestruturação económica da sua actividade.

AACIB acolheu uma sessão de esclarecimentos do IAPMEI sobre esta matéria, tendo um conjunto de informação que poderá enviar aos associados interessados. Para tal, envie um e-mail para: [apoioempresas@acib.pt](mailto:apoioempresas@acib.pt).//

## Como pode obter benefícios fiscais para a sua empresa

A Autoridade Tributária e Aduaneira publicou um documento onde elenca quais os benefícios fiscais existentes para as empresas e quais as condições de acesso a cada um deles.

Apesar das reduções temporárias do pagamento especial por conta (PEC) – com implicações na descida do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) –, a factura de impostos a pagar pelas empresas em Portugal continua a ser pesada.

No entanto, existem vários benefícios fiscais a que os empresários têm direito e que visam promover e apoiar o investimento em sectores considerados estratégicos da economia, favorecendo o crescimento sustentável, a criação de emprego e o desenvolvimento regional.

No conjunto de benefícios fiscais a que uma empresa pode ter direito estão os Benefícios Contratuais ao Investimento Produtivo, o Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI), a

Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR), o Sistema de Incentivos Fiscais à Investição e Desenvolvimento (SIFIDE II).

Conheça quais os benefícios fiscais a que os empresários têm direito e que visam promover e apoiar o investimento em sectores considerados estratégicos da economia, acedendo ao seguinte site: [http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio\\_contribuinte/Folhetos\\_informativos/Documents/Folheto\\_Investimento\\_em\\_Portugal.pdf](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/Folhetos_informativos/Documents/Folheto_Investimento_em_Portugal.pdf).//